

**SOBRE A PRETENZA "NORMA CULTA":
SERÁ QUE ELA EXISTE? POR QUE SERIA "CULTA"?**

Zinda Vasconcelos (UERJ)

zindavas@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo será o de focar os mitos e equívocos associados à ideia da existência de uma "norma culta", que, segundo visões muito difundidas na sociedade (e infelizmente sobretudo em professores de português) seria uma variante da língua superior às outras, pois teria a propriedade de ser "culto". Para tanto levantará o que o que se diz em linguística a respeito de norma, mostrando algumas conceituações diferentes sobre isso, deixando claro que não há uma única norma, e, sobretudo, que a norma real não corresponde à descrição da língua contida nos livros escolares de gramática. Discorrerá em particular sobre os motivos pelos quais se poderia – ou não – chamar essa variante linguística de "culto", e o papel que essa noção equivocada desempenha na manutenção do preconceito linguístico.

Palavras-chave: Norma. Norma "Culto". Preconceito linguístico.

1. A guisa de preâmbulo

Em uma conferência editada em DVD, Bagno (1985) caracterizou o preconceito linguístico por meio de uma série de mitos que correm na sociedade⁶. Mas há um mito em parti-

⁶ São mitos porque não têm nenhuma base científica, mas isso não impede que as pessoas em geral os tenham como verdadeiros. Sírio Possenti uma vez comentou quão pouco as descobertas da linguística influenciaram as ideias que correm na so-

cular de que ele não tratou específica e explicitamente, embora esteja subjacente a todos os outros de que ele falou: o mito da existência de uma variedade da língua – considerada, aliás, não como uma variedade entre outras, mas como "a língua" – que seria a única correta, e que estaria descrita nas gramáticas normativas e dicionários da língua. Mito que veio a associar-se posteriormente, sobretudo no meio de professores de português e jornalistas, com o conceito linguístico de norma, identificação espúria, mas que foi favorecida pela denominação infeliz de "norma culta" usada por muitos linguistas para se referir a esse conceito.

Essa identificação equivocada serve frequentemente como respaldo para o preconceito linguístico contra as outras variedades linguísticas⁷, em especial as associadas aos falantes de classes populares, considerados ignorantes por não dominarem essa pretensa norma culta, o que tem várias consequências negativas na vida deles. Em particular na escola, onde vários pretextos são usados para justificar tentativas de substituição da linguagem naturalmente usadas pelos alunos dessas classes, tarefa obviamente impossível⁸, além de nefasta, que tem grande responsabilidade no fracasso escolar dessas crianças.

cidade sobre a linguagem. Nem creio que se trate propriamente de desconhecimento, mas de rejeição. Esses mitos de que fala Bagno tocam exatamente nos pontos em que isso se manifesta de forma mais clara.

⁷ Claro que a linguística não é responsável pela existência desse preconceito, que existe secularmente. Mas, com o uso do adjetivo *culta* associado à noção da existência de uma norma, contribuiu, mesmo se involuntariamente, para as justificativas dadas a ele.

⁸ Na fala sobretudo. Leva-se cerca de 700 milissegundos entre o planejamento da fala e sua execução. Se o falante for tentar pensar conscientemente nas formas usadas, em vez de no conteúdo que quer dizer, é bem provável que gagueje. Na escrita a apropriação de uma outra variedade é possível, mas ao cabo de um longo processo de contato com a escrita, o qual leva a um alargamento do repertório de formas dominadas pelo usuário da língua. Mas isso leva tempo, e não se faz por meio de prescrições e proscições.

Esta autora sabe que o preconceito linguístico é muito arraigado na sociedade, e não vai ser desfeito apenas por meio de argumentos racionais. Mas nem por isso deixa de ser uma responsabilidade dos linguistas ao menos tentar combatê-lo, em especial privando-o dos pretextos que lhe servem de justificação. Assim este artigo levantará o que o que se diz em linguística a respeito de norma, mostrando algumas conceituações diferentes sobre isso, deixando claro que não há uma única norma, e, sobretudo, que a norma real não corresponde à descrição da língua contida nos livros escolares de gramática. Discorrerá em particular sobre os motivos pelos quais se poderia – ou não – chamar essa variante linguística de "cult".

2. *O que a linguística nos diz sobre norma?*

Há uma anedota célebre, atribuída a Chomsky (mas, ao que parece, este a teria tomado emprestada de Weinrich), que diz que a diferença entre uma língua e um dialeto é que uma língua tem um exército, uma marinha e uma aeronáutica. Essa anedota já aponta para o tipo de fatores históricos e sociais que interferem na apreensão dos fenômenos linguísticos pelos membros da sociedade, mas prefiro estabelecer uma diferença alternativa: uma língua é um dialeto (atualizando a linguagem, uma variedade linguística) que tem uma Academia Xesa de Letras, dicionaristas e gramáticos (ou um grande autor "clássico", que estabelece um modelo a ser seguido, como Dante para o italiano)⁹. Ou seja, é uma variedade linguística que pas-

⁹ Essa alternativa parece mais neutra, mas na realidade também se justifica como um projeto de Estado. Na origem do processo de gramatização das línguas vernáculas ocidentais estava a tentativa de dar a essas línguas estatuto semelhante ao desfrutado pelo latim, a única língua de cultura na Idade Média, o que por sua vez estava associado ao estabelecimento de estados nacionais e à necessidade de uma maior autonomia em relação à Igreja Católica.

sou/passa por um processo de gramatização¹⁰.

Com efeito uma língua, como objeto claro e delimitável, simplesmente não existe. O que há são as diversas maneiras de falar numa comunidade que a sociolinguística chama de variedades linguísticas¹¹, já dificilmente delimitáveis entre si. É o conjunto dessas variedades diferentes, mas semelhantes, dominadas pela comunidade que se pode chamar de língua¹².

Não sei se o mesmo tipo de processo ocorreu nas sociedades do Oriente, mas em todas as do Ocidente aconteceu, por motivos históricos, um processo de padronização relativa das línguas, que levou à seleção de uma dessas variedades, normalmente a usada pelas classes sociais altas, como a língua padrão, a língua "oficial", a ser usada em circunstâncias de prestígio. É a essa variedade linguística, especialmente sujeita ao processo de gramatização, que também se dá o nome de norma, definida por Mattoso Câmara simplesmente como *"conjunto de hábitos linguísticos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa do país"*. (CÂMARA JR., 1981, p. 177)¹³

¹⁰ Estou chamando de gramatização ao *"processo que conduz a descrever e instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário"* (AUROUX, 2009, p. 65).

¹¹ Quando associadas a uma região geográfica específica da comunidade linguística maior, essas maneiras de falar eram tradicionalmente chamadas de dialetos. Como a Sociolinguística sabe que há outros fatores de variação além dos geográficos – por ex. os ligados à época, à faixa etária dos falantes, às circunstâncias em que a fala ocorre e, sobretudo, para o que nos diz respeito nesse artigo, à classe social e ao nível de escolaridade dos falantes – chama a todas essas modalidades de fala de variedades linguísticas.

¹² Variedades que são muitas, mas de que a gramatizada passa como o modelo por excelência, a parte que vale pelo todo, "a" língua, no sentido da oposição entre a língua e meros "dialetos".

¹³ Note-se que Mattoso fala apenas de norma, não de "norma culta", esse termo infeliz.

Essa definição deixa claro que o que caracteriza uma variedade linguística como norma depende exclusivamente de fatores sociais, e não de fatores linguísticos. Como todos os linguistas sabem, "a variedade alçada à condição de padrão não detém propriedades intrínsecas que garantem uma qualidade 'naturalmente' superior às demais variedades". (ALKMIM, 2001, p. 40)

Em particular, não tem nenhuma relação necessária com a ideia de uma ligação maior com a "cultura".

É verdade que costuma haver uma especial ligação da variedade padrão à escrita, e, portanto, a todo o patrimônio cultural expresso por essa (GNERRE, 1985, p. 4-5); e que, na maioria das sociedades, a língua padrão tem alguma relação, pelo menos na origem, com o uso de autores literários¹⁴. Mas isso não se deve a propriedades intrínsecas, de caráter linguístico, da variedade padrão. Qualquer outra variedade que venha a ser usada para os mesmos tipos de usos para os quais habitualmente se emprega a variedade padrão adquire rapidamente os meios linguísticos necessários para tanto. O que ocorreu historicamente no francês, no qual, após a Revolução Francesa, houve uma substituição da variedade considerada padrão, que deixou de ser a usada pela Corte e passou a ser a usada pela burguesia¹⁵.

Nas palavras de Alckmim (*Ibidem*, p. 41/42), aplicadas pela autora a diferentes línguas, mas, no fim, explicitamente estendidas a diversas variedades linguísticas:

¹⁴ Mas nem isso é verdadeiro no caso do português do Brasil, como veremos, pelo menos não no caso da pseudovariedade que passa como sendo a materialização da norma culta, a correspondente à descrição efetuada nas gramáticas normativas do português.

¹⁵ O livro *Mimesis* (AUERBACH, 1946/2015) mostra com clareza o processo de enriquecimento das línguas vernáculas europeias quando recentemente elevadas a línguas de cultura com palavras e meios sintáticos emprestados do latim. Se essas línguas não os tinham antes era simplesmente porque antes deles não precisavam.

Toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema simbólico completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. [...]. Caso a sociedade necessite, basta fazer empréstimos linguísticos: o contato cultural com outros povos, o conhecimento de novos conteúdos ou a descoberta de realidades até então desconhecidas são o motor da elaboração de novos conceitos e da produção de novas palavras. [...] Assim como não existem línguas "inferiores", não existem variedades linguísticas "inferiores".

No entanto, como diz Gnerre (*Ibidem*, p. 4), "uma variedade linguística 'vale' o que 'valem' na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais".

Daí o desprestígio de que gozam as variedades populares da língua, que reflete o "pouco valor" atribuído aos seus falantes. Em palavras de Bagno (*Ibidem*) "todo preconceito linguístico é um disfarce para o preconceito social". Preconceito que busca legitimar-se, e aí volto à infeliz contribuição da linguística para isso.

Houve um projeto linguístico importante, o NURC (projeto Norma Urbana Culta) que adotou o termo norma culta para nomear a variedade padrão. Adotou-o porque o critério escolhido para determinar a escolha dos informantes foi o perfil da escolaridade dos falantes: a fala considerada como representante da norma culta seria a dos falantes de nível superior¹⁶. E foi assim que a linguística de um certo modo deu aval à pretensa superioridade da variedade padrão, ajudando a reforçar o preconceito linguístico contra os falantes das variedades populares.

Convém salientar, no entanto, que o NURC não dá base para a existência de uma norma única, pelo contrário. O projeto descreveu as variedades preferidas pelas pessoas com curso

¹⁶ O que, no Brasil de até muito pouco tempo atrás, dizia menos respeito à cultura do falante do que à sua classe social...

superior de diversas regiões metropolitanas no país, variedades diferentes entre si. Também não se pode dizer que o projeto tenha incidido na identificação da norma dita culta com a ideia de "língua correta". E ainda convém antecipar aqui o que desenvolveremos mais no resto do artigo: a nenhuma dessas variedades caberia a descrição que consta dos livros escolares de gramática. Vamos a isso, pois.

3. Norma e gramáticas normativas

Uma conhecida gramática do português se autodefine como "uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, a língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá". (CUNHA & CINTRA, 1985, p. XIV)

Várias coisas merecem ser salientadas nessa definição. Em primeiro lugar, a desconsideração absoluta das diferenças entre as variedades lusitanas, brasileiras e africanas do português, como se essas variedades – que atualmente já poderiam até ser consideradas como línguas diferentes – fossem englobáveis numa só descrição. Em segundo, a curiosa noção de atualidade dos autores. O Romantismo é um movimento literário ainda da primeira metade do séc. XIX, e estamos no séc. XXI. O português terá mudado tão pouco assim? E outra coisa ainda é a própria referência ao Romantismo e a ênfase nos "escritores". Romantismo como dito é um movimento literário; a escrita literária costuma ser bem diferente da escrita usada correntemente para fins de comunicação. E a escrita já tem particularidades que a tornam bastante diferentes da fala na maioria dos contextos. Pretende-se reduzir a língua a suas variedades escritas?

Costumo brincar com meus alunos que os únicos falantes que conheci que usavam uma linguagem pelo menos parecida com a descrita nas gramáticas normativas foram Ulisses

Guimarães e Antônio Houaiss, e que ambos já morreram. Elas descrevem uma linguagem sem falantes! Por isso disse antes que a linguagem descrita pelas gramáticas normativas é uma pseudovariedade. É uma variedade artificial, que não corresponde à linguagem real de ninguém, nem mesmo a das pessoas de classe alta da segunda metade do séc. XIX, porque é apenas fruto da descrição de traços linguísticos arbitrários tirados de escritores de diversos lugares e tempos, não necessariamente falantes da mesma variedade linguística. O processo de gramatização não pode exercer-se no vácuo, tem que se basear num tipo de uso linguístico real, mesmo se apenas de uma variedade selecionada.

A linguagem descrita nas gramáticas normativas da maioria das línguas contém alto grau de artificialidade, até porque a centralidade da escrita caracteriza praticamente todas elas, mas há fatores históricos que fazem que isso ocorra de forma magnificada no Brasil.

Duarte (2013) trata do fato de que as descrições normativas do português se baseiam na gramática lusitana na virada do séc. XX sem levar em conta que a variedade lusitana tinha seguido um curso de mudanças diferente do seguido pelo português no Brasil e que a gramática do português brasileiro ainda tinha traços conservadores da gramática portuguesa do séc. XVI, que a variedade lusitana perdera. E diz ainda que a distância entre o que é codificado nas gramáticas normativas teria ainda sido agravada por mudanças posteriores à codificação, citando explicitamente às mudanças no nosso sistema pronominal que ocorreram ao longo do séc. XX, e tiveram muitas consequências sobre a sintaxe do português brasileiro. E a autora diz ainda que, apesar de todos os estudos que mostram as mudanças ocorridas na nossa língua, os gramáticos se recusam a rever suas descrições (e os autores de livros didáticos a rever suas prescrições...).

O que confirma o que já dissemos antes, que a lingua-

gem descrita nessas gramáticas não pode ser entendida como uma norma real, no sentido da linguagem efetivamente usada pelos falantes detentores de maior poder social ou de maior nível de escolaridade, não é "a norma culta". Transformou-se antes naquilo que o Bagno chama de norma oculta, um conjunto de prescrições que não tem base no uso efetivo de ninguém, de nenhuma classe ou nível de escolaridade, e que, salvo meia dúzia de Professores Astromares, ninguém conhece; num saber exotérico, só dominado por poucos.

Mas muitos professores de português ainda se aferram a esse pretense saber, como se ele tivesse uma validade acima de qualquer questionamento. Em nome dele, em vez de estimular o uso da fala e da escrita pelos alunos, levam a que eles se calem, para não passar pelas correções do professor; que considerem que a escrita é algo difícilíssimo, acima das possibilidades deles; e, sobretudo, que venham a odiar as aulas de Português.

4. *Sem falantes e sem "escreventes"?*¹⁷

Na continuação da autodefinição que a gramática de Cunha e Cintra se dá, o texto diz "*dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias*". Mas isso simplesmente não é verdadeiro para nenhuma gramática normativa. Há muito tempo – desde pelo menos o Modernismo, que já está fazendo quase cem anos – os autores literários se cansaram da "camisa-de-força" das prescrições gramaticais anacrônicas dessas gramáticas, e as deixaram para lá. Agora nem mesmo a alegada descrição de autores literários existe mais como pretexto para que se diga que elas refletiriam a norma culta.

Duarte (2013 e 2012) mostra claramente como, apesar

¹⁷ "Escreventes" para deixar claro que não se trata só de escritores literários.

de toda a pressão sofrida pelos "escreventes" para que sigam as prescrições das gramáticas normativas, a escrita contemporânea de jornalistas, cientistas e cronistas se afasta bastante dessas normas, que já não são mais dominadas nem pelas pessoas que têm a escrita como profissão ou como parte importante de suas atividades profissionais. Será que nem a escrita de jornalistas, cientistas e cronistas serve para exemplificar a norma culta? Ou, ao contrário, é a descrição das gramáticas normativas que não tem mais nenhuma base real, nem mesmo a linguagem escrita de falantes de nível superior?

5. *À guisa de conclusão*

Termino este artigo fazendo minhas palavras de Duarte (2013):

A função da sociolinguística é juntar às descrições da fala brasileira uma boa descrição dessa escrita contemporânea, para mostrar que ela não corresponde ao que descrevem nossos manuais. Isso talvez aproxime fala e escrita, diminuindo a distância imensa entre o que se fala e o que se ensina (e não se aprende!) na escola. E, se os resultados indicarem que já não há qualquer justificativa em manter formas obsoletas, *por que mantê-las nas descrições?* (grifo meu).

Para concluir, gostaria de reiterar que os resultados da pesquisa sociolinguística não se limitam à fala. Eles nos fornecem um retrato da variabilidade na fala e na escrita e são fundamentais para uma nova descrição da escrita contemporânea. Ao contrário do que se tem dito, esses resultados não prejudicam o ensino da escrita padrão; eles são o caminho para se chegar a ela.

Então, voltando a falar com minhas próprias palavras, convido todos os presentes a se engajarem numa luta comum: para que se deixe de ensinar uma ficção!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, T. Sociolinguística, Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. L. (Orgs.). *Introdução à linguística 1*. São Paulo: Cortez, 2001.

AUERBACH, E. *Mimesis*. 6. ed. S. Paulo: Perspectiva, 2015.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

BAGNO, M. *O preconceito linguístico*. Curitiba: IESDE, 2008.

CÂMARA JR., J. *Dicionário de linguística e gramática*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUARTE, M. E. L. *Entre uma escrita padrão idealizada e uma língua falada pouco (re)conhecida*: por que os resultados da Sociolinguística não podem ficar fora das salas de aula. Palestra inédita proferida no quadro do VII JEL. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

_____. O papel da sociolinguística na descrição da gramática da escrita contemporânea. In: MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. (Orgs.). *Contribuições da sociolinguística e da linguística histórica para o ensino da língua portuguesa*. Natal: UFRN, 2013.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.